



»Entrevista | CLARIANA BARÃO | CANDIDATA À PRESIDÊNCIA PELO DC

Advogada enfatiza a importância da participação feminina na política e lembra que, das 13 candidaturas ao Planalto, apenas duas são de mulheres. Ela prega o enxugamento da máquina pública, corte de gastos e diz que será uma “soldada” do funcionalismo

“Não existe democracia plena sem as mulheres”

» CAETANO YAMAMOTO*

Advogada e candidata à Presidência pelo Democracia Cristã, Clariana Barão, defendeu veementemente a participação feminina na corrida eleitoral e enfatizou que “não existe democracia plena sem a participação das mulheres na sociedade e na política”. As declarações, às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, ocorreram na sabatina do Correio, em parceria com Anfp (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Febrafipe (Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais), Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e Fenat (Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários).

A candidata avalia ser necessário enxugar a máquina pública e promover reformas, inclusive da Previdência. Condenou a polarização e ressaltou que não anistiará os golpistas do 8 de Janeiro, mas “trabalharia a individualização e a proporcionalidade das penas”.

Clariana Barão também disse defender o funcionalismo público. “Sei uma soldada dos servidores públicos.” Veja a seguir os principais trechos das propostas da presidenciável.

O que a motivou a entrar na política?

Por que Clariana é candidata a presidente da República? Essa é uma pergunta que escuto muito. A primeira resposta é que não existe democracia plena sem a participação das mulheres na sociedade e na política. Quando lançamos a nossa candidatura, éramos a única opção feminina e, agora, temos também mais uma chapa feminina, o que eu acho muito plural e importante. Contudo, em um universo de 13 candidaturas, nós, com muita dificuldade, estamos conseguindo trabalhar a nossa chapa. Eu acredito, sim, que a mulher precisa estar presente, e quero ser a voz dessas mulheres nesta campanha eleitoral e como presidente deste país.

Qual é o seu entendimento em relação às indicações para o Judiciário? A senhora tem o compromisso de indicar mais mulheres?

Tenho esse compromisso. O próximo presidente ou a próxima presidente escolherá quatro ministros para o STF, e o meu compromisso é que serão quatro mulheres, porque temos de trabalhar pela equidade das mulheres nos Poderes. Veja só: não apenas o STF, com 11 cadeiras, tem apenas a ministra Cármen Lúcia, mas também no TSE temos oito cadeiras e apenas uma ministra. No STJ, são 33 cadeiras, e apenas cinco mulheres. Isso demonstra um total desequilíbrio em relação ao cenário atual do país. Hoje, nós somos 52,8% do eleitorado, e 51,5% da população são mulheres. Essa falta de equidade traz um desequilíbrio, pois não conseguimos ter os nossos direitos defendidos e preservados. Nós, mulheres, somos, a todo tempo, segregadas a um segundo plano. Então, eu defendo, sim, esse equilíbrio.

Ed Alves/CB/D.A Press



Como avalia a situação econômica do país?

É uma conta muito básica: precisamos gastar menos do que arrecadamos, e não é o que acontece. O Brasil hoje vive um endividamento de trilhões de reais, o que representa quase 81% ou 82% do nosso PIB. Essa conta não fecha. Atrélada a isso, temos uma instabilidade fiscal e uma inflação oscilante, que não consegue chegar a um patamar de equilíbrio. O que acontece? Selic a 14% e juros altos. Quem é o maior prejudicado? É o povo, porque a população não tem acesso ao financiamento da casa própria ou, se tem, é com juros altíssimos. Aquele microempreendedor ou empreendedor que quer abrir um negócio e começar a vida não consegue uma linha de crédito que atenda às suas necessidades. Então, é claro que o Brasil urge pela necessidade de passar por reformas, inclusive a reforma da Previdência, porque sabemos que a Previdência do Brasil já está em vias de quebrar.

Quais são suas propostas?

Vamos trabalhar o cenário econômico trazendo os nossos economistas, incluindo a nossa professora e economista Elena Landau. Primeiro, precisamos ter os números na mesa para poder entender a realidade. A partir do que é exposto, eu não tenho condições de criar uma estratégia.

A senhora pretende reduzir o número de ministérios?

Acredito que temos de dar uma enxugada na máquina pública. A máquina pública do Brasil é absolutamente inflada. Voltamos àquela conta do começo: temos de gastar menos e arrecadar mais, e não é o que vem acontecendo, o que gerou essa dívida de R\$ 10 trilhões. Vamos ter de enxugar, mas de forma eficiente. Não adianta enxugar aqui para dizer que cortei um ministério e pendurar todos os funcionários desse ministério em outra pasta.

As pessoas no país perderam a noção de que a política é um instrumento para fazer o bem. A política serve para o social, para cuidar. Hoje em dia, não digo nem polarização, mas sim, guerrilha. Temos dois lados dessa guerrilha”

Que medidas adotará para combater o feminicídio?

Em 2025, nós tivemos 1.571 mulheres assassinadas vítimas de violência de gênero e, desse número, três vezes mais de tentativas de homicídio vinculadas ao gênero. O Brasil precisa agir. O feminicídio é uma epidemia no nosso país, e nós precisamos agir. Precisamos compreender que não é a segurança pública que impede o feminicídio. Não precisamos nem de mais leis. O feminicídio hoje já tem uma pena de até 40 anos de cadeia, de modo que nós já temos o suficiente. O que precisamos fazer é criar programas que trabalhem na base.

Como seriam?

Vamos criar centros integrados de atendimento à violência doméstica. Quando essa mulher tiver essa iniciativa (da denúncia) — e nós vamos gastar uma quantia adequada de dinheiro em publicidade para incentivar a denúncia —, assim que ela pisar em um centro integrado desses, não a deixaremos sair sem amparo. Dentro desse centro, teremos uma delegacia de atendimento à mulher 24 horas, um posto do IML para atendê-la no exame de corpo de delito imediatamente, e a Defensoria Pública pronta para atendê-la, tanto na medida protetiva que ela precisará requerer quanto em questões de pensão, guarda e filhos.

Teremos também ali o encaminhamento para uma casa de acolhimento que a receba, oferecendo um tratamento multidisciplinar e multiministerial. Nós vamos fazer núcleos e centros espalhados pelas regiões e trazer núcleos também para cidades pequenas, conectando-os aos grandes centros integrados para otimizar esse trabalho.

Feminicídio ocorre em todas as classes e níveis. Como evitar que esse agressor surja na sociedade?

É um trabalho multifatorial. O centro integrado é uma medida efetiva que vamos aplicar, mas esse programa de combate ao feminicídio é muito maior. Primeiro, temos de fazer, a médio prazo, um trabalho cultural nas escolas, na primeira infância. Teremos de capacitar e valorizar os nossos professores para que tenham condições de trazer para as crianças as noções de respeito que este país perdeu há muito tempo. Esse é um trabalho fundamental, mas de médio prazo. O que pretendemos fazer para descobriremos a violência doméstica de maneira embriônica? Pretendo capacitar os agentes comunitários de saúde. Eles são os primeiros profissionais que acessam o ambiente doméstico.

Como a senhora se considera ideologicamente: de direita, de esquerda ou de centro?

Sou de Brasil. Acho que, há muito tempo, as pessoas no país perderam a noção de que a política é um instrumento para fazer o bem. A política serve para o social, para cuidar. Hoje em dia, não digo nem polarização, mas sim guerrilha. Temos dois lados dessa guerrilha. Se o lado A está no poder, segrega-se absolutamente o lado B. Se o lado B está no poder, segrega-se absolutamente o lado A, como se não houvesse boas ideias de ambos os lados, que são desprezadas pela ideologia que se tornou a política. Não há mais um olhar para o Brasil, há apenas a defesa das causas próprias e das próprias ideologias. Minha tendência caminha para o

centro-direita, mas sou absolutamente contra essa polarização. Olho para a frente, para o Brasil. Mais do que qualquer coisa, acho que uma grande capacidade das mulheres é ouvir e conciliar. Nós precisamos ouvir todos os lados e conciliar.

A senhora apoiaria um impeachment de ministro do Supremo? Vemos que o Senado tem muitos candidatos com essa pauta.

Não faço promessas eleitoreiras. Não sou a pessoa da lacreção, atrás “likes”. Gosto daquilo que é crível. Não apoio nenhuma conduta que seja ilícita ou irregular. Nós temos, sim, de passar por uma reformulação, inclusive do STF. Eu tenho uma leitura de que um ministro não pode decidir monocraticamente o destino de 2 ou 3 milhões de brasileiros. Não sou favorável a decisões monocráticas. Sou favorável, por exemplo, aos mandatos. Acho que ninguém precisa se eternizar no STF, até para não ficar atrelado àquele presidente que o escolheu. Porque o presidente já fica ali pensando: “Já tenho essa base aqui, estou tranquilo. O outro presidente que entrar não terá essa facilidade”.

Anistiará os condenados pelos atos golpistas?

Não, eu trabalharia a individualização e a proporcionalidade das penas. Entendo a anistia como um instrumento de pacificação social, compreendo esse argumento, mas acho que cada caso é um caso. O que considero muito errado é essas condenações acontecerem em uma vala comum, com todos jogados em um mesmo grupo e sofrendo condenações coletivas. Acredito que precisamos realmente individualizar a conduta de cada um. Eu defendo uma revisão dessas penas. Trata-se de individualizar a conduta de cada um e trabalhar pela proporcionalidade daquilo que efetivamente cometeu. O que não acho crível, por exemplo, é um estuprador ter a mesma pena de uma mulher que pintou a estátua com batom. Isso não me parece razoável.

Defende uma revisão das penas também das autoridades que foram condenadas, como o ex-presidente Jair Bolsonaro ou os oficiais das Forças Armadas?

Acredito que sim. Acho que eles, assim como todos os outros, têm os mesmos direitos. Merecem uma revisão e serem compreendidos dentro do contexto da individualização e da proporcionalidade. Se essa for a pena justa deles, então que seja. Isso passaria pela Justiça, e não pelo Executivo rever essas penas.

A senhora falou em segurança jurídica, e nós temos a reforma tributária, que foi aprovada e que, gradativamente, passará a entrar em vigor. Avalia que deve haver mudanças?

A gente trabalha, trabalha, trabalha para aprovar uma coisa e, de repente, muda a ideologia, e pronto, todo aquele trabalho não valeu nada e volta tudo para a estaca zero. Considero isso um desserviço, um retrocesso. Acho que a reforma tributária tem pontos importantes. Essa digitalização, essa intercomunicação, talvez sejam coisas que venham a beneficiar o Estado. Mas acredito que temos de olhar para a frente. Se toda vez que assumir um presidente, ele falar: “Não, eu não respondo por isso, só respondo pelo meu CPF”... Não, você responde por tudo o que foi feito até aqui. Se toda vez que assumimos tivemos de começar do zero, que dia o nosso país vai evoluir? Então, eu não concordo em mudar tudo. Temos um Congresso cheio de parlamentares votando, aprovando e seguindo as tramitações, passando pelas comissões. Nós temos de, no mínimo, respeitar isso.

Em relação ao servidor público, o que eles podem esperar do seu governo?

Podem esperar um governo justo, que valorize os servidores, que pense nas mães servidoras públicas e amplie e traga uma rede de atenção com creches, por exemplo. Um governo que pense nos auxílios, em expandir o auxílio-saúde para as crianças até determinada idade. Um governo que respeite a recomposição salarial. Eu defendo o funcionalismo público, defendo as servidoras. Precisamos criar uma estrutura para que as pessoas possam trabalhar com dignidade neste país. Com certeza, serei uma soldada dos servidores públicos.

Há economistas dizendo que é preciso fazer uma reforma administrativa para eliminar a sobreposição de funções e de ações no serviço público. O que pensa em relação ao assunto?

Trabalho com essa mesma linha de pensamento. Acho que temos de evitar o retrabalho. Sem dúvida nenhuma, não podemos onerar a máquina pública. Temos de criar condições para enxugar a máquina. De novo, é aquela conta básica: gastar menos do que arrecada. Esse é o princípio macro da economia. Vamos precisar enxugar o retrabalho que acontece. Concorro, inclusive, com a fusão de ministérios.

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa